

Empresa de
Serviços de
Comercialização
de Energia Elétrica
S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31 de
Dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração 2024	3
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	29
Parecer do Conselho Fiscal	32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “ESCEE”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$3.000 mil, representado por 2.999.763 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$17.682 mil em 2024, em comparação ao resultado de R\$19.742 mil em 2023, representando uma diminuição de 10,43%, devido a diminuição da receita operacional.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2024, o LAJIDA foi de R\$17.551 mil (R\$20.427 mil em 2023) e a Margem do LAJIDA foi de 99,73% no mesmo período (99,62% no exercício de 2023), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2024	2023	Var. %
Resultado Líquido	17.682	19.742	(10,43)
Amortização	8	8	-
Despesa de IR e CS	3.817	3.179	20,07
Resultado Financeiro	(3.956)	(2.502)	58,11
LAJIDA (1)	17.551	20.427	

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$3.817 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado de R\$21.499 mil antes dos efeitos fiscais, representando 17,75% do lucro antes da tributação. Comparativamente, em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$3.179 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado de R\$22.921 mil antes dos efeitos fiscais, representando 13,87% do lucro antes da tributação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025, que, ao Resultado do exercício de 2024, no montante de R\$17.682 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$502 mil para constituição de reserva legal;
- R\$8.590 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$8.590 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estende, também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixas	3	5.162	9.460
Títulos e Valores Mobiliários	4	11.527	20.404
Clientes	5	1.576	1.883
Tributos Compensáveis		12	12
TOTAL DO CIRCULANTE		18.277	31.709
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	4.348	-
Tributos Compensáveis		83	9
Direito de Uso		117	258
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.548	267
ATIVO TOTAL		22.825	31.976

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores		37	38
Impostos, Taxas e Contribuições		68	40
Imposto de Renda e Contribuição Social	10b	1.171	107
Dividendos a Pagar	6d	8.590	11.498
Passivo de Arrendamento		12	23
TOTAL DO CIRCULANTE		9.878	11.706
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, Taxas e Contribuições		110	46
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	518	721
Passivo de Arrendamento		129	255
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		757	1.022
TOTAL DO PASSIVO		10.635	12.728
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	6a		
Capital Social		3.000	486
Reserva de Lucros		9.190	18.762
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.190	19.248
PASSIVO TOTAL		22.825	31.976

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	7	17.598	20.505
CUSTOS	8a		
Custos de Operação		(7)	(44)
LUCRO BRUTO		17.591	20.461
DESPESAS			
Despesas Gerais e Administrativas	8a	(1)	(4)
Outras Despesas		(47)	(38)
		(48)	(42)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		17.543	20.419
Receita Financeira	9	3.969	2.549
Despesa Financeira	9	(13)	(47)
		3.956	2.502
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		21.499	22.921
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	10a	(4.020)	(2.458)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10a	203	(721)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		17.682	19.742

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	17.682	19.742
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	17.682	19.742

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de lucro		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	486	98	8.793	-	9.377
Resultado do Exercício	-	-	-	19.742	19.742
Destinação do lucro proposta à AGO					
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	(9.871)	(9.871)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	9.871	(9.871)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	486	98	18.664	-	19.248
Aumento de Capital	2.514	-	(2.514)	-	-
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	(16.150)	-	(16.150)
Resultado do Exercício	-	-	-	17.682	17.682
Destinação do lucro proposta à AGO					
Reserva Legal	-	502	-	(502)	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	(8.590)	(8.590)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	8.590	(8.590)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.000	600	8.590	-	12.190

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	17.682	19.742
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 10)	3.817	3.179
Juros Passivo de Arrendamento	12	21
Amortização (Nota 8)	8	8
Juros e Variações Monetárias	(3.690)	(2.818)
	17.829	20.132
(Aumento) Redução de Ativos		
Clientes (Nota 5)	257	(1.444)
Tributos Compensáveis	(1.050)	(649)
Outros	133	(105)
	(660)	(2.198)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(1)	1
Impostos, Taxas e Contribuições	92	44
Outros	(152)	57
	(61)	102
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	17.108	18.036
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.980)	(2.392)
Juros Recebidos	2.826	800
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17.954	16.444
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(16.399)	(15.450)
Resgates em Títulos e Valores Mobiliários	21.791	6.662
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	5.392	(8.788)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos	(27.648)	-
Arrendamentos Pagos	4	24
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(27.644)	24
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.298)	7.680
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício (Nota 3)	9.460	1.780
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do exercício (Nota 3)	5.162	9.460

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “ESCEE”), sociedade anônima de capital fechado, anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. e subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), foi constituída em 25 de julho de 2002, com sede e foro em Belo Horizonte - MG.

Os objetivos sociais previstos no Estatuto Social da Companhia são os seguintes:

- Prospear junto ao mercado, potenciais clientes interessados em adquirir energia elétrica de geradores e produtores independentes e de qualquer agente autorizado a comercializar energia elétrica;
- Prospear junto ao mercado, soluções específicas de energia elétrica que atendam às particularidades de consumo dos clientes;
- Prestar serviços de corretagem entre compradores e vendedores de energia elétrica;
- Prestar serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica;
- Desenvolver produtos físicos e financeiros relacionados à energia elétrica que atendam às necessidades específicas dos agentes do mercado; e,
- Representar agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) para os processos de adesão, modelagem, registro e de medição.

A Companhia iniciou suas atividades em maio de 2006. O seu resultado decorre da prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia no mercado livre.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A atual carteira de clientes é composta por dois contratos, com encerramento previsto para dezembro de 2025 e dezembro de 2026. A Companhia atua na prospecção de potenciais clientes. Caso sua geração de caixa futura seja insuficiente, a sua controladora irá suportá-la financeiramente.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 04 de agosto de 2025.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurado pelo seu valor justo, de acordo com as normas aplicáveis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

■ Nota 12 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	<p>Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p>Essas alterações não trouxeram impactos relevantes nas políticas contábeis já adotadas pela Companhia.</p>
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	<p>As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.</p> <p>A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”.</p>
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	<p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p> <p>A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.</p>

2.5 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
<p>Alterações ao CPC 48 e IFRS 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros</p>	<p>As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado.</p> <p>As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos.</p> <p>Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG.</p> <p>Não são esperados impactos significativos nas Demonstrações Financeiras da Companhia decorrentes dessa alteração.</p>	<p>01/01/2026</p>
<p>IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</p>	<p>O IFRS 18 substituirá o CPC 26/ IAS 1 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.</p> <p>As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas.</p> <p>A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.</p> <p>As alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p>	<p>01/01/2027</p>
<p>IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações</p>	<p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	<p>01/01/2027</p>

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Indexador	Taxa média a.a		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Contas Bancárias				19	57
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB			99%	-	108
Overnight (1)	Pré-fixada	11,91 a 12,15%	11,42 a 11,65%	5.143	9.295
TOTAL				5.162	9.460

- (1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	102,2 a 105%	103 a 104,3%	-	1.948
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,7 a 113,51%	108,6 a 111,98%	9.027	12.576
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	10,72% a 10,85	11,38 a 11,85%	2.339	5.671
Debêntures	CDI		TR + 1,00 a 118,69%	161	209
				11.527	20.404
Não Circulante					
Debêntures	CDI	104,7% a 113,51%	TR + 1,00 a 118,69%	4.348	-
				15.875	20.404

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 12

5. CLIENTES

	Saldos a vencer	Total	
	Não Faturado	2024	2023
Cientes	1.576	1.576	1.883
Total	1.576	1.576	1.833

Não há valores vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a clientes está divulgada na nota explicativa nº 12.

Política contábil

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$3.000 mil (R\$486 mil em 2023), representado por 2.999.763 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

b) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2024	2023
Reserva Legal	600	98
Retenção de lucros	-	8.793
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	8.590	9.871
	9.190	18.762

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$502 de reserva legal em 2024. Dessa forma, a reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social.

c) Remuneração do Acionista

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2024	2023
Resultado do Exercício	17.682	19.742
Reserva legal	(502)	-
	17.180	19.742
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	8.590	9.871
Dividendos adicionais propostos	8.590	9.871
Total dos dividendos propostos	17.682	19.742

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

d) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.498
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2023	(11.498)
Dividendos adicionais de 2023	16.150
Pagamento de dividendos adicionais 2023	(16.150)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2024	8.590
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.590

e) Destinação do Resultado – Proposta da Administração

Destinação do Resultado de 2024 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 2025, que, ao Resultado do exercício de 2024, no montante de R\$17.682, seja dada a seguinte destinação:

- R\$502 para constituição de reserva legal;
- R\$8.590 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$8.590 para pagamento de dividendos adicionais propostos;

7. RECEITA LIQUIDA

	2024	2023
Prestação de Serviço	18.860	21.770
Deduções à Receita Operacional (a)	(1.262)	(1.265)
Receita Operacional Líquida	17.598	20.505

A receita de prestação de serviços decorre de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia no mercado livre.

a) Deduções à Receita Operacional

	2024	2023
COFINS	(576)	(539)
PIS-PASEP	(112)	(117)
ISSQN	(574)	(609)
Total	(1.262)	(1.265)

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

8. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

a) Custos e Despesas

	Custos		Despesas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	7	21	1	4	8	25
Serviços de Terceiros (a)	1	1	39	38	40	39
Amortização	8	8	-	-	8	8
Provisões operacionais	(9)	13	-	-	(9)	13
Outros custos/despesas	-	1	8	-	8	1
Total	7	44	48	42	55	86

b) Serviços de Terceiros

	2024	2023
Conservação e Limpeza de Prédios	13	15
Auditoria Externa	-	23
Outros	27	1
Total	40	39

9. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	3.969	2.455
Outras Receitas	-	1
Atualização crédito PASEP e COFINS sobre ICMS	-	93
Total das Receitas Financeiras	3.969	2.549
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(13)	(21)
Outras despesas financeiras	-	(26)
Total das Despesas Financeiras	(13)	(47)
Resultado Financeiro	3.956	2.502

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social

LUCRO PRESUMIDO	31/12/2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receita Operacional Total	19.125	19.125
Percentual de Presunção	32%	32%
Receita Operacional Tributada	6.120	6.120
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	5.774	5.774
Base de Cálculo	11.894	11.894
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.784	1.070
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	1.165	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	2.949	1.070
Rendas de aplicações resgatadas	5.774	5.774
Rendas de aplicações não resgatadas	(1.805)	(1.805)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(128)	(46)
Receita por competência diferida	(266)	(266)
Percentual de Presunção	32%	32%
Base de Cálculo	(85)	(85)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	(21)	(8)
Corrente	2.949	1.070
Diferido	(149)	(54)

LUCRO PRESUMIDO	31/12/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receita Operacional Total	20.314	20.314
Percentual de Presunção	32%	32%
Receita Operacional Tributada	6.500	6.500
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	800	800
Outras Receitas Financeiras	1	1
Base de Cálculo	7.301	7.301
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.095	657
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	706	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.801	657
Rendas de aplicações	2.455	2.455
Rendas de aplicações resgatadas	(800)	(800)
Rendas de aplicações não resgatadas	1.656	1.656
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	414	149
Receita por competência diferida	1.457	1.457
Percentual de Presunção	32%	32%
Base de Cálculo	466	466
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	117	42
Corrente	1.801	657
Diferido	530	191

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2024	2023
Circulante		
Contribuição Social	594	180
Imposto de Renda	577	(73)
Total	1.171	107

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Não Circulante		
Contribuição Social diferido	137	191
Imposto de Renda diferido	381	530
Total	518	721

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	157	-	-	-	(469)

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	17.180	11.498	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$17.180. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 6.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	5.143	9.295	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	11.527	20.404	-	-	1.143	2.940	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	4.348	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	8	25
Participação nos resultados	2	5
Total (1)	10	30

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Cientes		1.576	1.576	1.833	1.833
Títulos e Valores Mobiliários		4.509	4.509	209	209
		6.085	6.085	2.042	2.042
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	5.143	5.143	9.403	9.403
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	-	-	1.948	1.948
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	9.027	9.027	12.576	12.576
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	2.339	2.339	5.671	5.671
		16.509	16.509	29.598	29.598
		22.594	22.594	31.640	31.640
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(37)	(37)	(38)	(38)
Passivo de Arrendamento		(141)	(141)	(278)	(278)
		(178)	(178)	(316)	(316)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e passivo de arrendamento está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento (*)	1	2	9	49	195	256
Fornecedores	37	-	-	-	-	37
TOTAL	38	2	9	49	195	293

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus clientes. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas

* * * * *

Sérgio Lopes Cabral
Diretor-Presidente

Marcus Vinícius de Castro Lobato
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.
Belo Horizonte – MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

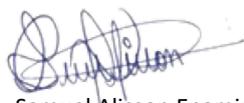
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2024, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2025.

João Alan Haddad, Conselheiro Efetivo

Arthur José Fernandes Braz, Conselheiro Efetivo

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Efetivo